

Morro do Jurumenha: a luta pela terra e a juventude católica (1982-1994)

Marcelo Macêdo de Almeida¹ 

Morro do Jurumenha: the struggle for land and Catholic youth (1982-1994)

Morro do Jurumenha: la lucha por la tierra y la juventud católica (1982-1994)

Resumo

Este artigo analisa a trajetória dos moradores do Morro do Jurumenha, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, na luta pela terra após receberem uma ordem de despejo. Nesse processo, eles contaram com o auxílio do Grupo Jovem São José, da Pastoral da Juventude, que fazia trabalhos sociais na comunidade e ajudou na fundação de uma associação de moradores que conseguiu, após anos de luta judicial, a propriedade dos seus imóveis. Tendo como pano de fundo a luta da associação de moradores, o texto evidencia a influência dos ideais da Teologia da Libertação (TdL) sobre o grupo da PJ e a comunidade.

Palavras-chave: *Luta pela terra; Movimentos sociais; Associação de moradores; Pastoral da Juventude; Teologia da Libertação.*

Abstract

This article analyzes the trajectory of the inhabitants of Morro do Jurumenha, in São Gonçalo, metropolitan region of Rio de Janeiro, Brazil, in the fight for land after receiving an eviction order. In this process they had the help of the San Joseph Group, from Catholic Youth Ministry, which carried out social work in the community and helped in the founding of a neighborhood association that, after years of legal struggle, obtained ownership of their properties. With the struggle of the neighborhood association as a backdrop, the text highlights the influence of the ideals of Liberation Theology on the Youth Ministry group and the community.

Keywords: *Fight for the land; Social movements; Neighborhood association; Youth Ministry; Liberation Theology.*

¹ Mestrado em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutorando e pesquisador associado ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, São Gonçalo, RJ, Brasil. E-mail: comunistoria@gmail.com.

Resumen

Este artículo analiza la trayectoria de los habitantes de Morro do Jurumenha, en São Gonçalo, región metropolitana de Rio de Janeiro, en la lucha por la tierra luego de recibir una orden de desalojo. En este proceso contaron con la ayuda del Grupo Joven San Jose, de la Pastoral Juvenil, que realizó trabajo social en la comunidad y ayudó en la fundación de una asociación de vecinos que, después de años de lucha legal, obtuvo la propiedad de sus propiedades. Con la lucha de la asociación de vecinos como telón de fondo, el texto resalta la influencia de los ideales de la Teología de la Liberación en el grupo del PJ y la comunidad.

Palabras clave: *Lucha por la Tierra; Movimientos sociales; Asociación de vecinos; Pastoral Juvenil; Teología de la Liberación.*

Introdução

A cidade de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi classificada por muitos de seus pesquisadores como “cidade dormitório” pelo fato de grande parte de sua população ter de trabalhar na capital ou na vizinha Niterói, que, entre 1889 e 1975, era capital do Estado – uma vez que a cidade do Rio de Janeiro era Distrito Federal e, a partir de 1960, com inauguração de Brasília, passou a ser Estado da Guanabara. Usada “apenas” como residência, lutas por direitos sociais também não tiveram palco na cidade, o que lhe garantiu tal alcunha. Contudo, a partir da reabertura política nos anos 1980, foi nas associações de moradores que a luta por direitos ganhou força e de onde saíram nomes que formariam os quadros políticos de partidos como PT e PDT, principais forças da esquerda local até os dias atuais.

Uma dessas associações de bairro, em particular, chama a atenção por sua formação intermediada por um grupo da Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica (IC) que seguia os preceitos da Teologia da Libertação (TL). Foi na luta pela terra travada por moradores, com o auxílio dos agentes pastorais, que foi construído um laço de responsabilidade que ultrapassava a identificação entre moradores que faziam parte da Associação de Moradores e Amigos do Morro do Jurumenha (Amoaj), no bairro de Santa Catarina. Neste local, o grupo da PJ conseguiu pôr em prática um verdadeiro trabalho de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), apesar das características conservadoras da Arquidiocese de Niterói.

Para alcançar essa história particular e complementar a fria documentação existente, é feito um trabalho de reconstrução das memórias de moradores e agentes pastorais que se fazem presente na construção historiográfica por meio da História Oral. Do mesmo modo que a fonte escrita, a oralidade, que passa a ser utilizada por historiadores nos anos de 1970, se insere aqui como ferramenta para captar melhor o dia a dia da luta pela terra na comunidade

gonçalense por meio de “entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (Alberti, 2005, p. 155).

O Morro do Jurumenha e a cidade de São Gonçalo

O Morro do Jurumenha tem este nome por se localizar em uma antiga chácara de propriedade de Antônio Pinheiro Menezes Lobo Jurumenha, o “Doutor” Jurumenha. Nascido no Ceará em 1851, formou-se em direito em Recife e se mudou para o Rio de Janeiro em 1890, onde atuou como advogado, delegado e foi deputado estadual (1904-1906), federal por duas legislaturas (1906-1911) e vereador por São Gonçalo (1913-1917), sendo presidente da Câmara e chegando a ocupar a função de prefeito (Nunes, 2006). Faleceu em 1921 e foi sepultado no Cemitério Municipal de São Gonçalo. Sob sua posse, o terreno foi utilizado para diversos fins, como: olaria, exploração mineral e agricultura (Freitas, 2016).

Após sua morte, a área foi loteada e seus antigos empregados a ocuparam na parte baixa do terreno. Na parte mais alta, a venda não tinha registro em cartório e a aquisição de terrenos era feita sem documentação (Almeida, 2020). A ocupação do Jurumenha segue os aumentos demográficos de São Gonçalo. Entre as décadas de 1920 e 1940, início da ocupação do morro, a população saltou de 48.019 para 85.528 habitantes. Nesse período surgiram os primeiros loteamentos urbanos devido à queda da produção agrícola provocada pela crise de 1929 e, simultaneamente, ocorria o aumento da atividade industrial e comercial (Freire, 2002). O Rio de Janeiro já havia perdido a hegemonia industrial para São Paulo, mas São Gonçalo seguia como último ponto de industrialização do Estado. Nos anos 1950, São Gonçalo era um dos mais importantes distritos industriais do antigo Estado do Rio de Janeiro, ganhando a alcunha de “Manchester Fluminense”. Contudo, nos anos de 1970 não mostrava a mesma força de antes (Araújo; Melo, 2014). A falta de emprego

impulsionou os gonçalenses a trabalharem em outras cidades e, mesmo com a estagnação industrial, a cidade continuava a inflar sua população. Entre as décadas de 1970 e 1980, há um novo aumento demográfico impulsionado, sobretudo, pela inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1974. São Gonçalo aumentou em mais de 180 mil novos moradores, saltando de 430.271 habitantes para 615.352. Segundo dados dos Censos de 1970 e 1991 de São Gonçalo, houve um aumento de 81,2%. Enobrecida e com um custo de vida alto, Niterói recebeu menos migrantes enquanto São Gonçalo, além de acolher um maior número, recebeu, ainda, os de menor poder aquisitivo (Teixeira Filho; Seixas, 1975; Rosa, 2010).

Entre os novos moradores que chegaram ao Jurumenha nos anos 1970 está o pernambucano Miguel José de Souza, líder comunitário e presidente/fundador da Associação de Moradores e Amigos do Jurumenha (Amoaj) que liderou a luta pela terra por parte dos moradores. Ele chegou ao Rio em 1966 e foi morar na zona portuária, onde perdeu todos os seus bens em uma chuva que alagou a cidade do Rio de Janeiro. A solução dada pela prefeitura da capital era de morar em abrigos até que a Cidade de Deus, em Jacarepaguá, ficasse pronta. Mas Miguel José não aceitou a proposta e foi para a Baixada Fluminense para poucos anos depois se mudar para São Gonçalo (Almeida, 2020).

O cenário político e econômico de São Gonçalo entre os anos 1970 e 1980 era conturbado. O prefeito Jaime Campos (1977-1983) chegou a ser afastado após denúncias de corrupção e a retração da indústria refletia na vida de uma população cada vez maior, vivendo em precárias condições de urbanização e sem oportunidades de emprego. A construção de imóveis para moradia passou a ser a melhor opção para os investidores e proprietários de terra. De acordo com os dados do processo 001.066/93 do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), herdeiros do espólio de Amália da Rocha Souza, por meio da Sociedade Imobiliária Simil Ltda. de propriedade de Ernesto de Souza Lima, entraram com uma ordem de despejo contra os moradores do Morro

do Jurumenha, por meio de uma ação de reintegração de posse concedida pelo juiz da 2ª Vara Cível de São Gonçalo, em 1982, com o objetivo de construir um condomínio aproveitando-se do crescimento do setor imobiliário.

A comunidade tinha, naquele momento, 220 famílias em uma área de 55.218,50m². Várias casas feitas de forma improvisada com madeira podiam ser encontradas no morro. A falta de uma política municipal de habitação fez com que a ocupação ganhasse mais velocidade, principalmente com o impacto da Ponte Rio-Niterói. As famílias locais eram consideradas carentes mesmo para a realidade socioeconômica da cidade. Muitos moradores pegavam cestas de mantimentos em igrejas; entre elas, a Capela da Sagrada Família, no bairro da Mangueira. Foi ali que os moradores conheceram o Grupo Jovem São José e, a partir deste encontro, viria a se tornar uma CEB, modificando o curso dos desfechos e da história do Jurumenha (Almeida, 2020).

O Grupo Jovem São José

O Grupo Jovem São José era parte da PJ de São Gonçalo, apontado por muitos membros da PJ da época como sendo um dos mais influenciadores do engajamento social, principalmente após o Congresso Arquidiocesano de 1985. Criado em 1973, na igreja de São José, no Abrigo Cristo Redentor, na Estrela do Norte, veio do padroeiro do templo o nome do grupo. Entre os seus fundadores estava o professor Carlos Henrique Carrilho Cruz, seu orientador nos anos iniciais. Pouco tempo depois, outro jovem se juntaria ao grupo, o administrador Robson Goudard Santarém. Os dois foram as grandes lideranças do São José antes e depois de chegaram ao Jurumenha. Carrilho Cruz conta que o vigário da Igreja de São José, Padre Noé, era ex-militante da Juventude Operária Católica (JOC), mas que havia, naquela altura da vida, se tornado conservador e se opunha ao trabalho da PJ. Sem apoio local, os jovens estabeleceram uma relação com o padre salesiano Josué Francisco da Natividade, o padre Josó.

Sem apoio na paróquia, os jovens passaram toda a década de 1970 pulando de paróquia em paróquia procurando um local para se reunir e atuar como um grupo da PJ, mas sem muito sucesso. Nessas idas e vindas, o padre Joso se afastou algumas vezes do grupo temendo entrar em conflito com os padres seculares que estavam nas paróquias, embora usasse a sua influência para ajudar quando podia. Foi assim que, em 1979, foram recebidos na paróquia de Nossa Senhora Aparecida, no Patronato, do padre Luiz de Gusmão. O aceite foi um favor a Joso, não uma real aceitação da PJ. A permissão veio, porém, desde que sem o caráter de grupo organizado e não na paróquia, mas na capela da Sagrada Família, na Mangueira. Oficialmente, a paróquia não tinha um grupo da PJ, mas jovens que se reuniam semanalmente para uma missa com o padre Joso. As celebrações tinham uma série de restrições, como não poder tocar violão e outras atividades típicas da juventude. Pessoas da paróquia sempre eram vistas como “espíões” do padre para verificar se eles estavam seguindo as regras. Após um tempo conseguem autorização do padre para formalizarem novamente o grupo da PJ (Almeida, 2020).

Em 1982, os jovens participam de um retiro no Colégio da Assunção no Morro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, onde surgiu a vontade de fazer algo concreto dentro das concepções da Teologia da Libertação. Até esse momento, a TL fazia parte das leituras e estudos do São José, mas foi a partir desse retiro que eles resolveram partir para a ação concreta, o que desagradou ao padre Luiz Gusmão. A proposta inicial foi fazer uma ação social no morro que ficava atrás da capela, com distribuição de bolsas de compras, remédios e um curso de alfabetização de jovens e adultos. Com o tempo, o número de alunos diminuiu e, quando foram investigar o motivo, descobriram que os barracos da parte alta do morro estavam sendo derrubados (Almeida, 2020).

Joso se retira novamente para não entrar em conflito com o padre Gusmão e o São José decide subir de vez o morro e, a partir deste ponto, as histórias dos moradores e do Grupo Jovem se misturam. Os jovens assumem, assim, a pos-

tura de agentes pastorais de uma CEB, fiéis leigos católicos atuando segundo suas vocações pastorais e representando um novo carisma da Igreja concedido pelo Concílio Vaticano II e reafirmado nos encontros latino-americanos de Medellín (1968) e de Puebla (1979) (Betto, 1985). Apesar do documento intitulado *III Plano de Ação Pastoral: Diretrizes pastorais para 1984-1986*, da Arquidiocese de Niterói, incentivar a criação de CEBs, a realidade foi bem diferente para aqueles jovens.

A Comunidade Eclesial de Base do Morro do Jurumenha

Chegando à comunidade do Jurumenha, os agentes pastorais logo tiveram contato com “Seu Miguel”, que estava à frente da mobilização popular e fez a ponte entre o grupo e a população para uma primeira reunião, ainda na Capela Sagrada Família, em setembro de 1982, com cerca de 40 moradores. Como era ano de eleição, Miguel e outros moradores suspeitaram que toda a mobilização fosse por conta do pleito eleitoral e que, após as urnas, eles seriam esquecidos novamente. Contudo, os jovens se colocaram como agindo em nome de Deus:

Aí eu falei para o Seu Miguel: ‘Seu Miguel. O senhor pode ter certeza de uma coisa. A única pessoa que está atrás de nós é esse aqui’. Aí aponte para o sacrário, que estava na frente. ‘É por ele que a gente está fazendo isso por vocês. [...] pode ter certeza que não tem político nenhum, a gente está fazendo isso em nome do evangelho. Em nome daquilo que a gente acredita (Depoimento de Carlos Henrique Carrilho Cruz, 2018).

Depois do primeiro encontro, os jovens começaram a frequentar a comunidade e o cenário encontrado no morro era de guerra. Em cumprimento de ordens judiciais impetradas pela Simil, policiais do 11º Batalhão de Polícia Militar derrubavam casas no alto do morro e deixavam pessoas sem ter onde

morar. Os agentes pastorais relatam que, a partir desse momento, o São José, aos poucos, deixa os trabalhos assistenciais e se foca especificamente na luta pela terra, mobilizando o povo. Uma das primeiras ações dos jovens foi enviar um documento pastoral para a Polícia Militar para que fossem interrompidas as derrubadas das casas no morro, sempre feitas com muita violência. Articulados política e religiosamente, os jovens levaram as questões do Jurumenha ao conhecimento da Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que incentivou a fundação de uma associação de moradores. O morro recebeu a visita de Dom Paulo Lopes Faria, então arcebispo auxiliar da Arquidiocese de Niterói, em outubro de 1982, que aconselhou os moradores a seguirem as orientações dadas pelo Grupo da PJ. Questionado por um morador sobre a importância de uma associação de moradores, o bispo disse que o órgão seria de vital importância para a luta (Almeida, 2020).

Nas primeiras atas da Amoaj é possível notar a articulação entre o advogado Raimundo dos Santos e os jovens da PJ. Santos era presidente da Associação de Moradores do Anaia (Aman) e advogado da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), e, alguns anos depois, passou a ser advogado também da União das Associações de Moradores de São Gonçalo (UniBairros). Foi Raimundo dos Santos que representou os moradores no processo judicial. Carlos Henrique conta que conheceram Raimundo por meio de uma jornalista que foi pedir ajuda na direção da escola em que trabalhava para ação social que fazia na Aman. Após um primeiro contato, o advogado foi levado ao Jurumenha pelos jovens do São José, afirmando a necessidade da criação de uma organização de moradores para ficar à frente das ações. Assim surgiu a Amoaj a 7 de novembro de 1982, tendo como primeiro presidente Miguel José de Souza. Entre os presentes citados na ata desta reunião constam alguns membros do grupo jovem, como o próprio Carlos Henrique e também Robson Santarém. As reuniões da Amoaj ocorriam em um campinho que havia na entrada da comunidade e, depois, em um imóvel onde atualmente se encontra a capela da comunidade.

Raimundo dos Santos, como representante legal, pediu para que a Amoj fizesse uma lista de documentos que comprovasse a posse da terra para iniciar a defesa dos moradores no âmbito judicial. Miguel conta que todos davam como endereço a Rua Manuel da Costa, via que dá acesso ao morro, não sendo possível comprovar a real viela ou beco em que moravam. Então foi preciso fazer um levantamento, o que ocorreu entre 1983 e 1984. Sem documentos formais, até mesmo uma carta pessoal passou a servir como comprovante de residência. Após isso ter sido feito, foi dada entrada em uma Liminar de Manutenção de Posse na 4ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo, que foi concedida pela Justiça (Almeida, 2020). O trabalho de reunir a documentação era da associação de moradores, mas foram duas jovens irmãs agentes pastorais que foram as responsáveis por recolher os documentos. Uma delas, a professora de matemática Maria de Fátima Carlos Ferreirinha, se lembra das condições sociais que encontraram na maior parte da comunidade:

Eu e a minha irmã, a gente era responsável por cadastrar as pessoas [...] tinha que levantar o que eles tinham de documento. Eles não tinham praticamente nada, então a gente subia com prancheta na época, meio que IBGE, e eu sinto até hoje o cheiro daqueles barracos. Porque, é ruim de dizer, mas era um cheiro muito ruim... de pobreza. De quem não tem dignidade [...] hoje se vê lá as casas todas de tijolos. Na época não era assim não (Depoimento de Maria de Fátima Carlos Ferreirinha, agente pastoral, cedido em 25 de abril 2019).

A vida na comunidade sempre foi muito sofrida. Qualquer chuva mais forte que caísse sobre a cidade era motivo de apreensão devido aos constantes deslizamentos de terra, atingindo as estruturas precárias das casas construídas no morro. A força da água fazia transbordar as valas negras que carregavam o esgoto não tratado despejado das casas, o que chegou a causar um surto de hepatite entre os moradores da região (Almeida, 2020). As atas da Amoj mostram que a luta pela terra tinha um papel central nas reuniões. Eram dis-

cutidas formas de arrecadação de dinheiro para arcar com as despesas da associação e também com os lanches distribuídos durante os trabalhos de mutirão que iam aparecendo para fazer as melhorias na comunidade. Cada novo barraco derrubado era amplamente debatido. Nessa ação de arrecadação de fundos e nos mutirões, os agentes pastorais participavam ativamente na confecção e distribuição dos lanches, na promoção de almoços comunitários. O dinheiro arrecadado financiava tanto os mutirões quanto a compra de materiais litúrgicos para o trabalho religioso. As atas, ao mesmo tempo em que registram a luta pela terra, registram também a história de fé da comunidade, pois nelas aparecem convites para os círculos bíblicos e festas religiosas.

Em uma dessas atas contém um curto relato de um dos acontecimentos mais importantes da luta e um dos pontos cruciais que possibilitaram a manutenção da união entre os moradores e o Grupo Jovem: o caso de Dona Belinha. Dias antes do Natal de 1983 iria se realizar uma Novena de Natal na comunidade. Segundo Carlos Henrique, ele chegava para participar da novena quando uma moradora que trabalhava no Fórum informou que um oficial de justiça, sensível à luta dos moradores, avisara que, no dia seguinte, a casa de Dona Belinha, em uma das primeiras vielas do morro, iria ser demolida. A mobilização foi imediata. Uma parte dos jovens localizou o advogado para receber orientações e a única possibilidade de a ordem não ser cumprida era se na casa houvesse alguma pessoa acamada. Com essa informação, os jovens orientaram a Dona Belinha a não se levantar na manhã seguinte e lhe explicaram toda a situação. “Eu falei para ela assim: ‘Dona Belinha, amanhã, nem que Jesus Cristo chegue aqui, a senhora se levanta. Porque se Jesus Cristo aparecer amanhã é o diabo. Jesus Cristo sou eu’” (Carrilho Cruz, 2018).

Na manhã seguinte, às 5h30, jovens e moradores estavam na casa de Dona Belinha para fazer um círculo e impedir a demolição. Ernesto de Souza Lima, dono da Simil, foi até a comunidade acompanhar a derrubada, mas deu de cara com a moradora “doente”. Com os remédios que ela tomava em mãos

para reforçar o argumento, os jovens barraram a ofensiva apesar de o advogado da imobiliária querer derrubar o barraco mesmo com a senhora acamada. A consultora de recursos humanos, Lúcia Maria Paes Alves Santarém, aponta este momento como crucial na história da luta pela terra.

Quando chegaram para derrubar o barraco dela a gente já estava lá. Eles queriam passar por cima, mas a gente deu as mãos e ficou na frente da casa. ‘Se quiser derrubar vai ter que passar por cima de todo mundo e assumir essa reponsabilidade’. Aí vizinhos que não eram de grupo jovem nem nada, até por medo que amanhã pudesse acontecer com eles, vieram aí juntou um monte de gente (Depoimento de Lúcia Maria Paes Alves Santarém, 2019).

Os relatos de todos os agentes e moradores sobre o enfrentamento que tiveram contra o Oficial de Justiça são marcados na lembrança com um sentimento de emoção com o que conseguiram com o feito. O “Caso de Dona Belinha”, como chamam, parece ser uma daquelas histórias que vão ser contadas durante anos aos netos, bisnetos, e assim por diante. Esta vitória deu muita força ao trabalho desenvolvido pela CEB do Jurumenha e para que toda a população seguisse mobilizada na luta pela terra. O impedimento da demolição, após verem barracos sendo seguidamente derrubados no alto do morro, deu certeza a todos, jovens e moradores, de que a luta poderia dar certo. Os moradores entraram com um pedido na promotoria de Justiça e conseguiram anular a ordem de demolição. Anos depois, Carlos Henrique ainda se espanta com a violência utilizada contra os mais pobres:

Não passa na cabeça da gente que amanhã eu vou ser despejado da minha casa. Não existe isso. A gente não tem representação, na [nossa] classe social, de uma coisa dessas, mas lá eles são terríveis. Pega Natal, época em que está todo mundo pensando em outra coisa, dá uma bordoadada dessas. Desbaratava tudo. Porque ia ficar todo mundo com medo (Depoimento do agente pastoral

Carlos Henrique Carrilho Cruz, cedido em 11 de março de 2018).

Sem barracos sendo derrubados e com o advogado cuidando judicialmente da questão da propriedade, os agentes pastorais puderam ajudar os moradores a enfrentar outros problemas, como a falta de infraestrutura da comunidade, a falta energia legalizada, água encanada, saneamento básico, calçamento das ruas, becos e vielas. Tudo isso foi conseguido por meio da atuação da associação de moradores e sua atuação junto da Famerj e da União das Associações de Moradores de São Gonçalo (UniBairros), conseguindo melhorias significativas para as condições de vida durante os primeiros anos de atuação, principalmente com ações da prefeitura de São Gonçalo, como a Operação Bairros, que atendia de forma itinerante diversas regiões da cidade (Almeida, 2020).

As associações de bairro encontravam dificuldades em estabelecer um diálogo com o governo Hairson Monteiro (1983-1988), mas o quadro muda com a eleição do engenheiro civil Edson Ezequiel (1989-1992), que mantinha diálogo com representantes da UniBairros. Filiado ao PDT, ele representava, naquele momento, um prolongamento do Brizolismo em São Gonçalo. Foi no segundo governo de Leonel Brizola (1991-1994) que foi concedido o título de propriedade aos “posseiros” da cidade, e isso aumentou a ligação dos membros de associação de bairros com o PDT, levando à filiação de Raimundo dos Santos, que se tornou subprocurador da prefeitura no governo Ezequiel (Karol, 2013) e fez com que a Amoaj, na pessoa de “Seu Miguel”, fizesse campanha no Jurumenha para então deputado estadual e candidato a prefeito pedetista.

O processo de legalização da terra no Jurumenha se encaixa nas políticas habitacionais brizolistas como o “Cada Família, Um Lote”, descritas por Neves (2007). Ao que é específico da comunidade gonçalense, cabe salientar que o processo de legalização da comunidade foi iniciado em 1987, último ano do primeiro governo Brizola, quando funcionários do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) foram à comunidade para a medir o terreno e

fazer a planta baixa. O dinheiro disponibilizado para a compra da terra pelo governo foi de CR\$ 281.614 (duzentos e oitenta e um mil seiscentos e quatorze cruzeiros), liberado pelo governo estadual, mas foi sustado por uma intervenção federal no Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). Com esse impasse bancário, foi apenas em 1993 que o título de posse foi finalmente concedido e a entrega aos moradores foi feita no ano seguinte.

O loteamento do Jurumenha teve 220 lotes regularizados, mas, uma vez que não compete ao Estado doar suas terras de acordo com a Constituição Federal, cada lote precisou ser comprado pelos posseiros. Essa compra era intermediada por meio do Termo de Transferência de Propriedade que era providenciado pela Companhia Estadual de Habitação (Cehab) e dispensava a titulação cartorial para diminuir os custos ao posseiro/comprador. Todo esse processo era intermediado pela Secretaria de Habitação. Os moradores do Jurumenha também receberiam seus carnês de quitação da propriedade, ao qual pagavam regularmente após 1994 às prestações em 48 meses, com o valor de no máximo 15% do salário mínimo vigente. A Amoaj, na pessoa de Miguel José de Souza, salientava à população que o não pagamento das prestações poderia resultar na perda da posse da terra (Almeida, 2020). No rastro do programa de Habitação, outras iniciativas do governo Brizola ajudaram a dar uma melhor condição de vida aos moradores dessas comunidades, havendo obras de infraestrutura e saneamento básico, água e esgoto, luz e transporte, como aconteceu em outros lugares do Rio de Janeiro (Neves, 2007).

Em vias de sair o título de posse, a casa que estava sendo usada como sede para o Grupo São José e a Amoaj não poderiam mais continuar em nome de Carlos Henrique, que havia comprado o imóvel por medo de que alguém de fora da comunidade pudesse atrapalhar o processo de legalização. Surgia um dilema: passar a propriedade para a associação de moradores ou para a Arquidiocese de Niterói? Após muito debate, foi decidido que a propriedade seria passada para a arquidiocese, pois assim se teria a certeza de que aquele

espaço seria sempre de uso comum aos moradores. Apesar de a propriedade ser da mitra diocesana já em 1994, Robson Santarém conta que foi apenas em 1997 que a casa veio a se tornar efetivamente uma capela da arquidiocese de Niterói, pertencente à paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no Barro Vermelho, construída com participação da população local e com a ajuda padres que apoiavam o trabalho daquela juventude.

Considerações finais

Durante a atuação do Grupo Jovem São José no Jurumenha, o cerceamento de sua atuação foi uma realidade. Tentativas de silenciamento sempre se fizeram presentes. Isso obrigou os jovens a disfarçarem seus métodos e dar outros nomes ao que faziam. Sofiati (2004) afirma que a década de 1980 marcou um ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil e que a Igreja Católica esteve ligada a este processo, sendo a PJ um dos principais centros da cristandade progressista. O surgimento da CEB do Jurumenha se insere nesse contexto. Contudo, o trabalho do São José questiona os dados oficiais sobre o número de CEBs no Brasil entre os anos 1970 e 1980. Os jovens do Jurumenha jamais se declararam oficialmente como CEB, embora se organizassem como tal. A estimativa de Betto (1985) aponta cerca de 80 mil CEBs no início dos anos 1980, quando o São José subiu o Jurumenha. Porém, certamente, essa conta não leva em consideração o grupo formado pela PJ gonçalense, por conta da realidade conservadora da Arquidiocese de Niterói.

Assim, surge a pergunta: quantas CEBs como a do Jurumenha podem ter ocorrido em dioceses e arquidioceses conservadoras como a de Niterói e que não puderam se colocar oficialmente como tal devido aos mesmos problemas encontrados em São Gonçalo?

Além disso, como a CEB do Jurumenha surge a partir da PJ, ela aparece fora do período apontado pelos autores referenciais como sendo o tempo de seu

surgimento, entre as décadas de 1950 (Valério, 2012) e 1960 (Boff, 1977; Betto, 1985). Se sua fundação teve características próprias, sua desmobilização também as teve, e isso pode estar ligado a um fenômeno chamado por Boff (2000) de “paroquialização” das CEBs. Quando se funda a capela na comunidade, ela fica ligada à paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no bairro do Barro Vermelho. Assim, a CEB e o trabalho feito no morro passam a estar ligado à hierarquia institucional da Igreja, precisando da permissão do pároco. A institucionalização traz vantagens e desvantagens: se por um lado há proteção legal na posse da terra pela mitra, por outro, o movimento ficava sujeito à burocratização. A falta dessa relação CEB-paróquia foi o que garantiu a autonomia de atuação dos jovens junto aos moradores, mas, a partir daquele momento, estar ligado novamente a uma paróquia retirava sua autonomia em muitos sentidos. Por outro lado, trouxe a possibilidade de missas mais frequentes e de uma espiritualidade mais presente, com sacramentos regulares administrados pelo pároco.

Apenas a ligação CEB-paróquia não explica as mudanças, mas se junta a todo o contexto neoliberal e as novas vertentes religiosas que ganham força nos anos 1990. Iunianelli (1997) afirma que o modelo de evangelização da Renovação Carismática Católica (RCC) dialoga melhor com este novo modelo de sociedade neoliberal. Boff (2000a) aponta para uma falta de conexão da RCC com a igreja local, se remetendo mais ao Vaticano do que à paróquia a qual estão inseridos. Esse distanciamento da comunidade é o que distancia o fiel do trabalho social. A “redescoberta” do Espírito Santo leva a uma espiritualidade mais emocional, de oração, vida regrada por padrões morais e não mais com trabalho social.

A RCC deixa em segundo plano a relação do cristão para com o outro e sua realidade social e o direciona para a relação diretamente com Deus. Essa orientação teológica retira o trabalho social como prática de fé, resumindo-a a afares como meditar sobre a bíblia, orar e louvar. Seria um erro crer que nas

CEBs não havia essa relação do homem com Deus, mas ela se dava na relação entre os seus membros. Na prática, a RCC não retira os engajados de suas práticas sociais, mas, por outro lado, não encoraja os não engajados a fazerem e, quando fazem, não há neles uma vontade de mudar a realidade (Boff, 2000).

Por fim, ao falar sobre os acontecimentos ocorridos no Morro do Jurumenha, de como se desenrolou toda a história de luta dos moradores, o que fica claro é a importância da participação dos jovens agentes pastorais do Grupo Jovem São José na luta pela terra. Suas histórias não podem ser contadas separadamente. Há uma reciprocidade entre ambos que formavam, de fato, uma legítima Comunidade Eclesial de Base (CEB). O trabalho de evangelização pastoral desenvolvido pelo grupo tinha, para além da questão religiosa, um cunho de ação social muito forte, se articulando politicamente e contribuindo de forma decisiva para a conquista da posse da terra. Impossível saber se Miguel e os outros moradores teriam conquistado a posse da terra ou não sem o São José, porém é possível concluir que o percurso traçado pelos moradores seria totalmente diferente caso o grupo não os tivesse encontrado.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 65-87, maio 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/cdf.2014.11532>.

ARQUIDIOCESE DE NITERÓI, III Plano de Ação Pastoral: Diretrizes pastorais para 1984 – 1986. Arquidiocese de Niterói, 1984. Acervo da Biblioteca Parque de Niterói.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BOFF, Clodovis. Carismáticos e libertadores na Igreja. *Revista de Estudos Bíblicos*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 237, p. 36-53, 2000. DOI: <https://doi.org/10.29386/reb.v60i237.2200>.

BOFF, Leonardo. *Eclesiogenese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna. *Poder e sociedade na [trans]formação da cidade: história dos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950*. 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2002.

FREITAS, Marcela. De grandes fazendas a uma grande cidade. *Revista comemorativa de 126 de São Gonçalo* [Parte integrante da edição do *Jornal O São Gonçalo*], São Gonçalo, 21 set. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IUNIANELLI, Jorge Atilio Silva. Pastoral neoconservadora *ma non troppo*: RCC E CEBs. *Revista de Estudos Bíblicos*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 225, p. 5-38, mar. 1997. DOI: <https://doi.org/10.29386/reb.v57i225.2480>.

KAROL, Rafaela Oliveira. *Associações de moradores em São Gonçalo: A UniBairros na década de 1980*. 2013. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

NEVES, Gabriela Klôh Müller. *Ações e descontinuidades na política habitacional no Rio de Janeiro: o descompasso entre a concepção e a implementação de programas habitacionais nos governos Leonel Brizola e Moreira Franco (1983-1995)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NUNES, Jorge Cesar Pereira. *Chefes do Executivo e vice-prefeitos de São Gonçalo*. Niterói: NitPress, 2006.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro. Processo 001.066/93. Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seafah), Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1993. Acervo do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

ROSA, Daniel Pereira. São Gonçalo: Divisão do Trabalho na Metrópole e a Formação da Nova Periferia Metropolitana. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 6. n. 1, p. 19-33, 2010. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2010.1166>.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro; SEIXAS, Agostinho. *Fusão: Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro: Histórico e legislação*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *A historiografia da Teologia da Libertação na América Latina e a questão dos pares assimétricos*. Dourados: Fronteiras, 2012.

Recebido em: 14 de maio de 2024

Aprovado em: 30 de novembro de 2024